MENSAGEM Nº 038/2023, DE, 31 DE AGOSTO DE 2023.

Excelentíssimo Senhor, Presidente da Câmara Municipal de Uruoca,

Excelentíssimos senhoras Vereadoras e senhores Vereadores.

É com elevada honra que submeto a apreciação e deliberação para análise de Vossa Excelência e dos ilustres Vereadores desta Augusta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº. 029/2023, que dispõe sobre a complementação salarial dos profissionais da Enfermagem a que se referem a Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, bem como na Emenda Constitucional nº. 127, de 22 de dezembro de 2022 e dá outras providências.

O assunto disciplinado no presente Projeto de Lei tem como principal fundamento a complementação salarial dos servidores públicos ocupantes dos cargos de Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem, em cumprimento a Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022 e na Emenda Constitucional nº. 127/2022.

É importante frisar que a complementação salarial aos profissionais repassadas pelo Governo Federal é de grande valia, pois os profissionais da Enfermagem foram fundamentais no tratamento do Covid-19, desde suas atuações de tratamento da doença, quanto de vacinação, merecendo esta valorização salarial.

Assim, a presente matéria visa ratificar as exaustivas discussões e debates para aprovação do Piso da Enfermagem a nível nacional.

A nível de esclarecimento, após a sanção da Lei que estabelece o Piso da categoria profissional da Enfermagem (Lei nº. 14.434/2022), pelo Poder Executivo, abriu-se uma discussão, no Supremo Tribunal Federal – STF, sobre a viabilidade de pagamento do piso nacional, ante a falta de dotação orçamentária, por meio da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 7.222).

Desta forma, no início de 2023, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, apresentou o PLN Nº. 5/2023, que permite ao Governo Federal transferir o valor de R$ 7,3 bilhões para Estados e Municípios pagarem o novo piso da Enfermagem por meio da abertura de crédito extraordinário, financiado pela capitalização do Fundo Social, criado pela Lei nº. 12.351/2010.

A PLN nº. 5/2023, foi sancionada e convertida em Lei nº. 14.581/2023, publicada em 15/05/2023, passando a vigorar nacionalmente de modo imediato.

Ante a nova previsão orçamentária, o Ministro Roberto Barroso, do STF, restabeleceu o piso nacional dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Parteiras, ressaltando que o Estado, Municípios e Autarquias devem cumprir o pagamento do piso tão somente nos limites dos recursos repassados pela União, conforme disposto na Portaria GM/MS nº. 597, do Ministério da Saúde, de 12 de maio de 2023.

Em analise a Decisão do Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional dos Municípios – CNM fez orientações de que o valores repassados pela União são correspondentes a remuneração dos servidores da Enfermagem e não ao vencimento básico, desta forma, a complementação salarial corresponde a Remuneração do servidor público da Enfermagem, nesta compreende o vencimento básico com as gratificações e adicionais, proporcionais a carga horária.

Em atenção ao princípio da legalidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Município de Uruoca encaminha o presente Projeto de Lei para definir a complementação dos repasses da União nos estreitos limites dos recursos encaminhados por servidores, conforme consta no sistema investSUS, nos termos da Portaria GM/MS nº. 597, do Ministério da Saúde, de 12 de maio de 2023.

Desta forma, pela relevância que se reverte a presente propositura, solicito que esta Casa Legislativa que aprecie o incluso Projeto de Lei, designando seus ilustres pares a aprová-lo, encaminhamos este Projeto de Lei com pedido de tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**, nos termos do artigo nº 69 da Lei Orgânica do Município de Uruoca.

Atenciosamente,

JAN KENNEDY PAIVA AQUINO
PREFEITO MUNICIPAL DE URUOCA

PROJETO DE LEI Nº 029/2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a Complementação Salarial dos Profissionais da Enfermagem repassadas pela União Federal, conforme estabelece a Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, bem como na Emenda Constitucional nº. 127, de 22 de dezembro de 2022 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUOCA, no uso de suas atribuições legais, especialmente estabelecidas nos incisos II e V, art. 82, da Lei Orgânica do Município de Uruoca.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município conceder o pagamento da complementação de valores aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, e parteiras, vinculados à Administração Municipal para o alcance da remuneração mínima estipulado, até o limite da Assistência Financeira Complementar transferida pela União Federal.

Parágrafo único. Compete a União Federal custear, nos termos da Emenda Constitucional n° 127, de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Complementação Salarial aos Profissionais da Enfermagem para atingimento do valor da remuneração mínima definida pela Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município de Uruoca, estando este desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio pela União.

Art. 2º O valor da complementação salarial aos profissionais descritos no art. 1º, desta Lei, não altera o vencimento básico dos respectivos servidores, previstos

em Lei Municipal específica.

Art. 3º Para fins de direito ao valor da remuneração mínima de que trata a Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, o termo remuneração deve seguir o Regime Jurídico dos respectivos servidores previstos na Lei Municipal n° 217/98.

Art. 4º Constatando a remuneração inferior ao estabelecido na a Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, para Enfermeiros ou percentual inferior aos cargos de Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, estes deverão ser pagos na forma de complementação a ser repassada pela União Federal, em atendimento a Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022.

Parágrafo único. Os recursos recebidos serão vinculados a cada profissional, conforme memorial de cálculo previsto no sistema investSUS, cujos valores repassados serão publicados mensalmente pela Secretaria Municipal da Saúde, por meio de ato regulamentar próprio, observando-se a Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 5º A complementação salarial aos profissionais da Enfermagem será paga exclusivamente com os recursos repassados pela União Federal, proporcional ao vinculo profissional e a carga horária exercida por cada profissional contemplado.

§ 1º. O Município de Uruoca não se responsabilizará pela complementação salarial definida pela Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, com recursos próprios, por ausência de dotação orçamentária.

§ 2º. O pagamento da complementação salarial aos profissionais da Enfermagem não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias; não será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados, bem como ficará condicionada aos repasses realizados pela União Federal, que deverá repassar diretamente em conta específica ao Município de Uruoca, os valores individuais aos profissionais, conforme as

informações previstas no sistema investSUS.

Art. 6º Conforme estabelece a Lei Federal nº. 14.434, de 04 de agosto de 2022, os efeitos financeiros retroagirão ao mês de maio de 2023, conforme informações discriminadas no sistema InvestSUS.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a editar Decreto regulamentando a presente Lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Uruoca, Ceará, em 31 de agosto de 2023; Edifício Chico Eudes e 66 Anos de Emancipação Política.

JAN KENNEDY PAIVA AQUINO
PREFEITO MUNICIPAL DE URUOCA